

Avaliação Institucional Participativa e a Universidade Socialmente Empreendedora

DENISE LEITE*

Recebido: 17/02/05

Aprovado: 20/02/05

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, pesquisadora CNPq.

Resumo: Este artigo discute a questão dos processos de redesenho das universidades após reformas e avaliações dos anos 1990 e o advento da Universidade Liberal Híbrida e da Universidade Global, ambos modelos concernentes ao pensamento hegemônico global. Ao constatar a presença destes novos desenhos de universidade, levanto dúvidas sobre a compreensão que temos sobre a força do pensamento hegemônico, dominante; sobre o aprisionamento de sentidos, um modo também único de ver as reformas da universidade que obscurece ou descredencia desenhos alternativos, inclusive de avaliação. Discuto esta possibilidade com uma incursão breve sobre as idéias de B. Santos, Laclau e Mouffe, dentre outros autores. Com base em casos estudados, proponho as condições para uma Avaliação Institucional Participativa (AIP) que funcione como um campo de projetos de democracia forte para a construção de uma Universidade Socialmente Empreendedora.

Palavras-chave: Avaliação Institucional Participativa. Democracia Forte. Universidade Socialmente Empreendedora

PARTICIPATIVE INSTITUTIONAL EVALUATION AND THE SOCIAL ENTREPRENEURIAL UNIVERSITY

Abstract: This article deals with the question of the redesign of universities due to 1990 reforms and the rise of the Liberal Hybrid University and of the Global University, both concerned to global hegemonic thought. I ask about the comprehension of the hegemony concept, if it does not make a meaning imprisonment, a way of seeing evaluations and university reforms that smokes and discredits new evaluation alternatives. I discuss this possibility with a brief incursion over B. Santos and Laclau and Mouffe ideas. Taking studied evaluation cases, I state the conditions for an Institutional Participative Evaluation as a field of strong democracy projects aiming to constitute a Social Entrepreneurial University.

Key-words: Participative Institutional Evaluation. Strong Democracy. Social Entrepreneurial University.

Introdução

As reformas da educação superior na América Latina dos anos 90 acompanharam o pensamento hegemônico e o diagnóstico único, internacional, sobre as universidades. Nessas reformas instituíram-se os processos de avaliação interna e externa das universidades. Supôs-se que a análise sobre o que se estava a passar no interior das instituições, públicas em especial, desvendaria as caixas pretas das ineficiências e mostraria que o dinheiro público precisava ser “me-

lhor” aplicado, que as universidades deveriam procurar novas fontes de financiamento, novas formas de gestão sensíveis aos mercados. Contraditoriamente, as avaliações, pelo menos em casos brasileiros objeto de estudos, mostraram que as universidades possuem capacidades consolidadas de investigação, de ensino e extensão; possuem importantes cursos de graduação e pós-graduação e desenvolvem inovadoras relações com as comunidades.

Para evitar-se o “diagnóstico único” que aponta soluções comuns para as universidades, necessário se faz investigar tanto quanto buscar novos referenciais. Até porque os referenciais teóricos empregados para iluminar as práticas de avaliação dos sistemas de educação superior apresentam várias faces. Selecionar um dentre outros nem sempre será tarefa fácil, dado o grau de incerteza vigente. Contudo, atrevo-me a pensar que o olhar do campo das ciências humanas e sociais sobre avaliação precisa ser constantemente ampliado, evitando-se o estreitamento de caminhos muito trilhados. Conquanto tentadores, pela facilidade de seu uso, estes caminhos podem ser camisas de força ou percursos obscuros que impedem a visão de novos rumos.

Com esta preocupação, neste texto, busco algumas alternativas para discussão, alguns elementos teóricos que dêem abertura para outros caminhos nos quais acredito. Ao fazê-lo, situo minha reflexão sobre alguns casos de avaliação das universidades que me chamaram a atenção por possuírem um gérmen de inovação. São casos de avaliação onde aparecem nuances de uma forma de exercício democrático que contraria ou antagoniza a visão do senso comum sobre o que ocorre no interior das universidades. Inicialmente isto me levou a discutir o tema do redesenho capitalista dessas instituições e a emergência das Universidades Liberais Híbridas e das Universidades Globais. Tentei entender estes modelos dentro dos processos denominados globalizantes hegemônicos. Neste artigo pergunto se esta compreensão de hegemonia não estaria aprisionando um sentido, um modo de ver as avaliações e as reformas das universidades. Discuto esta questão com uma incursão breve sobre as idéias de B. Santos, Laclau e Mouffe, Barber, Dalmayr, dentre outros autores, para estender o pensamento sobre as práticas de avaliação que considerem, com fundamento teórico, a recusa ao pensamento dito “único” e hegemônico. Ao final, proponho que se construam hegemônias no plural, articulações entre projetos de democracia forte¹; proponho outra avaliação para outra universidade, uma Avaliação Institucional Participativa (AIP) como campo de articulações entre projetos de democracia forte para uma Universidade Socialmente Empreendedora.

Devo esclarecer que as reflexões aqui trazidas têm a ver com minha atividade prática em avaliação institucional das universidades que se tornou intensa ao início dos anos 1990. Participei da criação e implantação do Programa PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), e do Pro-

grama PAIUFGRS, que vieram atender ao imaginário da necessidade de avaliação democrática. Minha atividade de pesquisa, a seguir, esteve centrada nos casos de avaliação das universidades, inicialmente no Brasil, depois no Uruguai, na Argentina e em Portugal, onde pude trabalhar em parceria com outros investigadores. Mais recentemente tenho acompanhado os desdobramentos da proposta SINAES efetivada pela CONAES na área da educação (MEC) e os programas de avaliação das ações educativas na área da saúde (MS).

Reformas e redesenho capitalista das universidades

A década de 1990 foi rica, no plano nacional e no plano latino-americano, em programas de reformas da educação superior, facilmente identificadas com o ideário neo-liberal. Como parte integrante das reformas implantaram-se sistemas de controle e/ou de supervisão do estado sobre as universidades através de procedimentos de avaliação. As análises de casos da avaliação institucional, coletados em nove diferentes universidades latino-americanas e uma europeiaⁱⁱ, deram conta desse movimento proporcionando interessantes perspectivas de análise, regionais e internacionais. As perspectivas não diferem de um quadro das reformas da educação dos anos 1990 montado por outros pesquisadores. Constituem traços em comum neste quadro: reformas situadas em torno aos anos 1990; procedimentos avaliativos “nacionais” para as universidades e os sistemas de educação superior incluídos na legislação educacional; diversificação da missão das universidades. Nos diferentes países latino-americanos deram “resultados” semelhantes, como vários autores discutiram. Destaco, apenas, que, para além da expansão do sistema terciário privado visando cobrir a necessária ampliação das matrículas com menor dispêndio governamental, houve forte pressão sobre as instituições públicas para sua modernização. Nesse quesito os procedimentos de avaliação e de acreditação foram centrais para as mudanças que se seguiram.

As avaliações, quando propostas pelos governos, em geral, seguiram modelos positivistas de ciência de cunho liberal, métodos hipotético-dedutivos com coleta de dados e tratamento estatístico que privilegiaram comparação, classificação e competição entre as IES. Os resultados, sob a aparência de objetividade e neutralidade, contribuíram para manter as hierarquias dos sistemas. As avaliações tiveram o mérito de servir ao propósito de acreditação e reconhecimento de cursos e instituições, seguindo processos e rotinas burocráticos. Pelo menos no caso brasileiro, as políticas públicas de avaliação que se implantaram a partir de 1995 foram reconhecidas por sua face autoritária que reproduziu em nível de sistema, uma relação comum em sala de aula – uma relação culturalmente coercitiva. A invasão do cotidiano das universidades pelos avaliadores treina-

dos pelo sistema, produziu o silêncio docente como uma das formas de resistência política. Em alguns países, como a Argentina, os docentes manifestaram que a avaliação das universidades foi quase uma simulação, uma vez que “después de la evaluación no pasa nada”. Contudo, ainda que nem sempre seja possível perceber, as avaliações institucionais ou educacionais propostas veicularam valores e éticas, subjetivas, implícitas e invisíveis.

O fato é que, frente às pressões e às recomendações de órgãos financeiros internacionais, os governos latino-americanos de tendências neo-liberais sentiram-se instados a produzir rápidas mudanças que contribuíssem para apressar o redesenho das universidades. Este acontecimento parece que não foi privativo de países da América Latina, pois, foi observado em Portugal, onde governos de orientação social-democrata introduziram reformas nos sistemas educativos nas décadas de 1980 e 1990. Nesse caso, o discurso modernizador, face ao ingresso na União Européia, usou a retórica do neo-liberalismo atenuado¹, conforme observado por Seixas (2001).

Minha dedução, considerando os casos de avaliação estudados, as reformas no âmbito dos sistemas, as mudanças decorrentes no âmbito interno das instituições analisadas e os apontamentos da literatura, tomou a forma de algumas características que configuram um redesenho, de caráter orientador capitalista, para as universidades. O redesenho das universidades, pelo menos de uma boa parte das universidades estudadas, apresentava com maior ou menor intensidade, algumas direções para as universidades que a literatura pertinente vinha antecipando, tais como a “orientação para o mercado” (Buchbinder, 1993), a “performatividade” (Cowen, 1996) e a procura pela competição através do atingimento de níveis de “excelência seletiva” (Barrow, 1996) e do “capitalismo acadêmico” (Slaughter e Leslie, 1999).

Algumas das características encontradas nas universidades estudadas que estariam a configurar a idéia do seu redesenho capitalista foram discutidas em outros trabalhos². Estas características identificadoras do movimento de hibridização da universidade tradicional com o mercado foram observadas a partir da conjugação de todas ou parte das políticas, acopladas a processos avaliativos, que são a seguir discriminadas: (a) *avaliações classificatórias* – estabelecem um sistema competitivo entre as IES e empregam *rankings* e modelos liberais de avaliação; (b) *avaliações produzidas por agências externas às*

1 Seixas refere as *recomendações do Banco Mundial, antes das reformas, através dos documentos: WB (1997) Republic of Portugal. The education and training system: issues, strategies and priorities; WB (1989) Republic of Portugal. Higher Education. A program of reform. Report 7671-PO (draft confidential). April, 12, 1989. Citado por Seixas, 2001, p.229 e 238.*

2 Ver “Institutional evaluation practices and the capitalist redesign of universities” em Amaral, Meek & Larsen (2003a) e “Avaliação institucional, reformas e redesenho capitalista das universidades” em Dias e Ristoff (2002)

universidades – avaliações que fluem de cima para baixo (top down) ou do exterior para o interior das universidades; (c) *capitalismo acadêmico e professores empreendedores* – docentes e pesquisadores buscam no mercado recursos para a pesquisa, procuram visibilidade nacional e internacional para seus produtos, são empreendedores de si próprios e de sua produção intelectual; os modelos de avaliação que privilegiam a produtividade docente, o quantitativo de livros e artigos publicados consolidam o capitalismo acadêmico; técnicos-administrativos usam a plataforma da universidade com idênticos propósitos; (d) *decisões de fora para dentro (top down) das instituições* – decisões até certo ponto autoritárias tomadas em face de políticas públicas ou medidas do governo central, a despeito da autonomia plena (Argentina, Uruguai, Chile) ou parcial (IES públicas Brasil) das instituições; no interior das universidades, essas decisões, especialmente sobre a avaliação classificatória, ou sobre acreditação ou, ainda, sobre padrões “merit pay” para complementar salários docentes, encontram o “silêncio docente”; (e) *gestão de caráter managerialista ou gerencialista* – decisões centrais induzem medidas de contenção de despesas – cortes nos cargos, nos salários ou nas vagas docentes e induzem aposentadoria precoce de docentes ou técnicos e contratações pro-tempore; a avaliação por méritos afeta as decisões; (d) *gestão neo-managerialista ou da “nova administração pública”* – decisões oriundas de planejamentos estratégicos incidem e alteram a forma de gestão das universidades; fundações das universidades públicas têm ampla atividade financeira e liberdade de ação, por vezes sem “accountability”; celebram-se convênios com apoio de conselhos e colegiados para prestação de serviços remunerados com outras instituições públicas, estatais, não estatais ou privadas, sem controle público amplo; cobram-se matrículas; as realizações e resultados de cada convênio não são divulgadas, ficam fora do controle da academia; (e) *universidades empreendedoras* – papel de certa forma agressivo de algumas IES privadas, sobre o mercado do conhecimento; em IES públicas observam-se parcerias entre docentes e estudantes para formação de incubadoras empresariais, registros nacionais e internacionais de patentes; venda de produtos patenteados; parques tecnológicos, escritórios de negócios no campus³; (f) *mercado no campus* – liberalizam-

São casos de avaliação onde aparecem nuances de uma forma de exercício democrático que contraria ou antagoniza a visão do senso comum sobre o que ocorre no interior das universidades.

3 O estímulo ao empreendedorismo individual ou de grupos faz sentido quando diz respeito a testagem de tecnologias, de inovações e desenvolvimento da investigação aplicada.

se os espaços da instituição para a instalação de lojas de serviços de toda espécie, dentre elas, as agências de diferentes bancos privados (Leite, 2000; Leite et alii, 2002, Leite, 2003 a; Leite, 2003 b).

Estas políticas e ações, de muitas formas envolvendo procedimentos avaliativos, tornaram-se prática naturalizada nos últimos anos. Elas são produto do diagnóstico único (verdadeiro para algumas IES) sobre a ineficiência das universidades públicas e ou do diagnóstico único sobre a política caça-clientes das IES privadas. Contribuíram para sua naturalização os processos de globalização da economia e as pressões internacionais por mudanças. Do lado das IES, as necessidades de sobrevivência e de manutenção mínima das atividades, não supridas face à crise fiscal dos estados e o corte freqüente dos gastos públicos, aceleraram a entrada das universidades tradicionais no mercado e do mercado dentro do campus dessas IES. Criou-se a cultura do professor empreendedor e estabeleceu-se o capitalismo universitário nas instituições de pesquisa através da ação de acadêmicos, e dos técnicos, que sendo empregados públicos, agem como capitalistas empreendedores subsidiados pelo estado, como mostram Slaughter e Leslie (1999).

De tal forma que se pode caracterizar o Redesenho Capitalista das universidades como uma espécie de performance institucional marcada pela comoditização do conhecimento, da ciência e da tecnologia, produzida pela nova gestão que favorece a comercialização privada e as operações com lucro nos campi. No plano local e nacional desse processo, resulta uma Universidade Liberal Híbrida, uma instituição que sempre foi autônoma do mercado; passaram a sobrepor critérios de mercado às suas tradicionais funções e atividades, após processos de avaliação homogeneizadores que produziram o redesenho de suas prioridades, atividades e funções.

No plano da globalização, internacional, outro fenômeno começou a tomar corpo. Universidades de prestígio e *status*, sediadas na Europa, Norte América, Austrália e Nova Zelândia, apoiadas por estados fortes e avaliações internacionais, voltaram-se para os mercados globais oferecendo pacotes de programas semipresenciais ou a distância, individualmente ou em parceria com instituições locais-nacionais, para clientes-alunos do mundo conectado em rede, em especial para os alunos do mundo sub-desenvolvido ou periférico. Estas são as Universidades Globais, instituições que lançam seus produtos nos jornais e revistas de circulação internacional e na Internet, tendo um grande número de alunos ao redor do mundo. Pretendem a regulamentação dos serviços educativos de educação superior pela OMC e pelo GATS. São instituições que não reconhecem a legislação educacional de outros países que não aquele de sua origem.

Mesmo não aceitando a visão corporativista, não professando a visão endemonizadora dos mercados e não sendo antiprivatista, confesso que me surpreendo

a cada momento frente à força dos processos de globalização, de homogeneização da vida social e local, onde as universidades tradicionais, cujo redesenho venho apontando, estão a submergir. Surpreendo-me com a densificação desses processos em países democráticos, vivendo seus mais recentes anos de democracia e liberdade. Surpreendo-me com o uso das avaliações com a finalidade de produzir mudanças para determinadas direções. Como entender (ou combater?), como refletir sobre este estado de coisas tão recente e rápido?

Contra-hegemonia: o “bom combate”?

Em princípio, existiria uma globalização ou várias globalizações? Em resposta a esta questão Santos (2002) assume a perspectiva de que a forma capitalista neoliberal seria o protótipo de uma globalização hegemônica. Em seus trabalhos emprega hegemonia no sentido gramsciano, entendida “*como capacidade econômica, política, moral e intelectual de estabelecer uma direção dominante na forma de abordagem de uma determinada questão*” (Santos e Avritzer, 2002, p. 43). Tal significado se estenderia ou poderia ser empregado como uma forma de caracterizar uma democracia também hegemônica sob o capitalismo globalizado.

Esta concepção me interessa explorar para tentar entender o redesenho pós-avaliação das universidades. Com ela estaria justificada a idéia de uma forma de democracia representativa de cunho liberal, dominante, que serviria como referência a todas as sociedades, não havendo distinção entre sociedades centrais ou periféricas, sociedades de iguais ou de “diferentes”. Faço essa observação porque tenho criticado a importação de modelos de avaliação institucional trazidos de países desenvolvidos onde a concepção de democracia liberal atinge e beneficia a maior parte dos cidadãos e preside todas as concepções de avaliação como sugere House (2002). Para cada importação de um modelo desse tipo – “hegemônico” - reforçam-se os valores que deslegitimam práticas locais que podem ter outra vertente política e técnica.

Em oposição a uma forma única de democracia, Santos (1994; 1998; 2001) refere a existência de uma democracia contra-hegemônica, produto desejado de uma globalização também contra-hegemônica, que funcionaria como uma “localização auto-assumida”. Em que consistiria a globalização contra-hegemônica? O que seria a democracia contra-hegemônica? Como fenômeno em estudo, Santos enumera diferentes experiências que envolvem práticas democráticas inovadoras para colocar a emergência de novos paradigmas, de disputa entre conhecimentos rivais, para chegar a uma possível pedagogia de emancipação social, coletiva. Os processos de globalização resultariam das interações entre várias constelações de práticas. Mas, uma só globalização seria realmente

hegemônica – a capitalista neoliberal. Contra esta, opõe-se a localização contra-hegemônica. Portanto, como Santos previne, trata-se de dois lados da mesma moeda. Assim, o modo de produção global seria gerador de duas formas centrais de globalização: o localismo globalizado e o globalismo localizado. Seria gerador, também, de outras formas de resistência, ou globalizações contra-hegemônicas, como o são, por exemplo, as iniciativas que privilegiam a desmercadorização do mundo (Santos, 2001; 2002).

Em diferentes espaços-tempo ocorrem dominação e trocas desiguais, ou seja, instalam-se formas de poder que invadem o domínio do privado. Santos (2002) propõe articulações locais-globais como formas de contra-hegemonia, como formas de resistência a essas formas de poder e dominação. Destaca as lutas contra-hegemônicas nos espaços criados pela democracia participativa, os modos de produção alternativos, o multiculturalismo emancipatório, a biodiversidade e os conhecimentos rivais bem como um novo internacionalismo operário. Nesse sentido, admite que a proposição de uma contra-hegemonia passa pela resistência a todas as formas de totalitarismos e fascismos, todas as formas de opressão. Os caminhos da emancipação seriam tecidos nessas formas de resistência que têm, na democracia participativa, um de seus mais fortes lastros (Santos, 2001; 2002).

A proposição central – da democracia participativa como uma resistência e um caminho essencial para emancipação – não significa aceitá-la como um fetiche. Não significa, também, aceitar a luta contra-hegemônica como a forma do “bom combate”. Se assim fosse, parte da estratégia de luta consistiria em visualizar a situação do inimigo, sua definição, o tamanho de seu território, a quantidade e qualidade de suas características – quanto mais complexas, mais incentivo trariam à crítica e à resistência. Esta seria uma santa luta – o “bom combate”!

Tenho dúvidas sobre a fetichização de algumas idéias que qualificamos com nossos discursos. Por exemplo, pensar de modo contra-hegemônico significa manter as “armas” do passado, das lutas contra totalidades e determinações? Pensar em contra-hegemonia significa usar argumentos de retórica, criar espaços de coragem intelectual? Ora, no plano concreto, não no plano da retórica, no cotidiano do meu viver, a simples presença do outro influi para que minha subjetividade seja afetada, para que eu não seja totalmente eu mesmo. Isto também ocorre no mundo das idéias. Laclau e Mouffe (1985) preocuparam-se com o conceito de hegemonia e com a estratégia socialista. Estes autores têm sido vistos com desconfiança por alguns, com respeito por outros. Para eles (1985, p.23-25) “(...) *falar em forças inimigas e forças opostas no social, coloca em confronto o mundo físico, de forma metafórica, e o mundo das idéias, de caráter extra-lógico. Antagonismo como a negação de uma dada ordem é, simplesmente, o limite desta ordem, e não o momento ou a extensa totalidade*

em relação à qual os dois pólos do antagonismo iriam constituir o diferencial – i.e. o objetivo – das instâncias parciais”. Pensar em idéias antagônicas pode ser, apenas, negar uma determinada ordem pela linguagem e pela subversão discursivamente construída, o que tão bem sabemos fazer no meio acadêmico.

Santos, em outra posição teórica, convoca para a “luta” das oposições à ordem dominante. Encontrá-las, contextualizá-las, retirá-las de sua condição de subalternidade, de efemeridade, e trazê-las à luz, constitui a estratégia socialista. Nesse movimento propõe o paradigma da emancipação social em oposição ao da regulação social. A meu ver, podemos ter a regulação que a nossa emancipação decidir, produtiva no seio do coletivo, por ele desejada e assumida. Isto implica não apenas em “densificar” os conceitos que nos ajudam a melhorar a nossa prática, mas, também, buscar teorias que “brindam instrumentos para a emancipação epistemológica do domínio do norte sobre o sul, do empobrecimento e esvaziamento de pensamentos alternativos” (Santos, 2002)?

Desdobramentos e densificação de conceitos

Inclino-me ao pensamento alternativo em uma posição de desdobramento de conceitos, especialmente do conceito de hegemonia no singular que leva consigo a idéia de pensamento ou diagnóstico único acima evocada. Atrevo-me a pensar que se podem discutir outras hegemonias que se alimentem com o autoconhecimento; que se fortaleçam pelas práticas de grupos emergentes, às vezes dispersos. Atrevo-me, acompanhando o pensamento de Laclau e Mouffe, a formar a imagem de outras hegemonias em constante reconstrução, armadas em teias, dentro das instituições e na sociedade. Imagino-as tal e qual as teias de aranha que tomam belas e frágeis formas, sempre diferentes umas das outras e, que, mesmo esvaindo-se com o vento, voltam a dar origem a novos desenhos, cumprindo seu ritual permanente de captura, de fornecer alimento à natureza e à liberdade das criaturas que as tecem. Se as teias se constróem e reconstróem em infundáveis arranjos, frágeis e efêmeros, metaforicamente aumentam sua capacidade de ser rede, de ser visíveis e de implantar-se em diferentes contextos, ampliando-se, desdobrando-se, recompondo suas fraturas e recuperando-se em infundáveis continuidades.

Ao pensar que o significado da palavra hegemonia dizia respeito, na antiguidade clássica, à supremacia de uma cidade ou povo sobre outro, sinto mais forte a vontade de deslocar meu olhar para a possibilidade da sua desconexão, não como mero exercício intelectual mas como pensamento sobre a ação. Vejo inúmeras articulações na universidade, na sociedade, em formato rede, encontro uma polifonia de vozes, oriundas de muitas teias, formadas por múltiplos sujeitos, capazes de lutas plurais em diferentes campos buscando alimento, democracia e liberdade.

Para pensar dessa forma sobre casos concretos, tenho que deixar conceitos prontos. Causação e determinação fazem parte do meu arsenal. Tenho que me despir de boa parte do pensamento reprodutivista que me acompanha. Para isto, acerco-me de Laclau e Mouffe (1985) e de Dalmayr (2001). A leitura do argu-

Em diferentes espaços-tempo ocorrem dominação e trocas desiguais, ou seja, instalam-se formas de poder que invadem o domínio do privado.

mento de Bernstein, em Laclau, por exemplo, um pensamento inovador em sua época, sobre a disputa entre o revisionismo e o pensamento ortodoxo, alimenta e agrada à minha presunção. Tratava-se de repensar a autonomia do campo político sobre o econômico quando se falava de iniciativas políticas que ocorreram em dife-

rentes esferas. Ou seja, este argumento faz-me pensar que ao mudar a estratégia e o terreno da luta também posso inverter ou deslocar o pensamento sobre a luta, posso romper com a pretensa e rígida “determinação neoliberal” ou diagnóstico único, ou pensamento hegemônico sobre todas as esferas do social e do político. Com isto, posso encontrar legitimidade em lutas modestas, também políticas, ainda insuficientemente conhecidas, que estão “pipocando” em diferentes espaços e não precisam intitular-se contra-hegemônicas para serem aceitas. Elas apenas existem, são, estão. Passo a ver a hegemonia reconfigurada em hegemonias, em espaços de independência, que podem vir a ser interdependências.

Na visão de Laclau e Mouffe (1985), por exemplo, quando Bernstein criticava a ortodoxia estaria abrindo espaço para que as subjetividades pudessem fazer seu livre jogo, sua livre decisão. Nos argumentos que eles citam, os avanços democráticos seriam dependentes de uma contingência de forças, de uma correlação de forças. Distinguem, por isso, as demandas coletivas das demandas que, mesmo provenientes de uma ultra-esquerda, podem não ser progressistas. Seria o caso de muitas dentre as demandas sindicalistas, por exemplo, que não poderiam ser pensadas fora de uma correlação de forças.

Citando esses argumentos, dentre muitos outros, destacaria a ampliação das iniciativas políticas, desenvolvidas por sujeitos múltiplos em diferentes espaços em uma correlação de forças que não pode ser determinada a priori. Dessas iniciativas o Fórum Social Mundial vem dando testemunhos e registros. Torna-se quase impossível saber onde se armará a próxima teia, mas, é perfeitamente previsível, a sua articulação, dentro e fora de um contexto, que pode mesmo ser aquele da universidade, do Estado, do FSM, da sociedade civil. O argumento também abre espaço para entender que - se o sujeito desenvolve diferentes papéis: profissional, agitador, consumidor, pai, colega, em uma

pluralidade de posições - o sentido de sua cidadania, porém, se construirá na articulação com outros sujeitos que estejam a fazer avançar o processo democrático, em distintas esferas políticas. A articulação é, pois, força que não depende de um esquema unificador pré-definido, causal, "hegemônico", tal como a classe monumental, a grande teoria ou a grande luta transformadora das relações de produção poderiam sugerir.

Nessa ordem de pensamento tanto para Laclau e Mouffe como para outros autores, a categoria totalidade dissolve-se em uma *mélange*. A procura de nichos, de clivagens no sistema capitalista, completa a idéia A idéia de que um novo conjunto de alternativas sociais tem de ser revelada em suas condições de existência; um novo conjunto de possibilidades será criado e respeitado. Para isto, também um novo conjunto de idéias precisa ser formulado. Um novo conjunto de idéias precisa ser retirado de sua condição de ausência.

As dificuldades para a emergência de novas lógicas dentro do social vêm sendo apontadas por autores como esses que apresento. Quanto ao tema que me importa, a procura e o entendimento de novas lógicas e entendimentos que sirvam a uma prática de avaliação inovadora, vejo-o como uma espécie de negociação que os tempos pós ou ultra-modernos facilitam. Algumas possibilidades emergem dessa leitura: o conceito de "uma" hegemonia pode ser reconstruído na presença de novas e outras articulações e na identificação de elementos que formam essas articulações, examinados em separado. *"Se a articulação é uma prática, e não o nome dado a um complexo de relações, ela deve implicar alguma forma de presença em separado de elementos que esta prática articula ou recompõe"*. Transição, relação e diferença são alguns dos elementos que fazem parte de uma realidade que não está refém de si mesma e de suas formas de entendimento (Laclau e Mouffe, 1985, p. 93).

Para pensar um pensamento que não esteja refém de si mesmo, os autores citados seguem o caminho da desconstrução, dando a cada elemento desconectado, sua especificidade e fixação em outro espaço de entendimento. Uma síntese precária tomaria a articulação como uma possibilidade conceitual para novas condições de pensamento e de prática socialista. Se articulação é uma prática que envolve uma relação entre elementos, sua identidade é modificada a cada nova prática articulatória, produzindo novas totalidades parciais que podem ser chamadas de discursos. Mas nem todos os elementos em articulação, como diferenças, podem ser discursivamente enunciados. Até mesmo porque as identidades são construções relacionais e as relações podem subjetivar identidades plurais. E, se o mundo objetivo é estruturado através de relações, estas, não necessariamente deverão ser vistas em um sentido finalístico. O que lhes dá sentido são suas regularidades discursivas, estabelecidas por sujeitos que estão em posições de poder e contextos diferenciados. Como um conheci-

mento social, que nunca está pronto ou acabado, que se constrói através de diferenças, de experiências, de valores que são portadores de conceitos anteriores sobre os quais se formaram suas estruturas. A articulação que fundaria outras hegemonias, no plural, não seria apenas um fenômeno discursivo, foucaultiano, mas, uma efetiva prática de relações sociais captadas em diferentes espaços-tempo e entendidas, isto sim, através de formas discursivas com seus significados enunciados.

Analisando a proposta de Mouffe, Dallmayr (2001) afirma a importância da autotransformação constante, contínua, que faz ressonância direta na ética e na política, além de re-significar o multiculturalismo. Destaca a concepção de democracia como um processo de aprendizagem constante e o multiculturalismo como uma pedagogia popular, a “paideia par excellence”. Barber (1997), sem discutir Laclau e Mouffe, propõe o caminho da autotransformação através da prática política da democracia forte ou participativa.

Articulações e hegemonias

Entendo, então, que o campo das hegemonias pode ser um campo de articulações e não o fechamento de uma realidade em um pensamento dominante, ou uma direção dominante e únicaⁱⁱⁱ. Pode formar um campo constituído por elementos que não se cristalizam, não se fecham em identidades fixas. Esta concepção, com certeza, está possuída por incompletudes, como explicam Laclau e Mouffe, tal como o social, um sistema em complexidade crescente⁴ sempre aberto à construção de novas diferenças. O sujeito da prática articulatória, como um ser multicultural, alguém dentro e fora, parcialmente exterior, apresenta uma exterioridade que pode ser apreendida por múltiplas posições discursivas. O fundamental seria a libertação, não de um sujeito, mas, das muitas vozes oprimidas. Para que o processo articulatório possa englobar essas vozes, seus confrontos, e produzir uma posterior rearticulação entre práticas, mesmo sendo práticas antagonistas, as rupturas com o pensamento dominante são necessárias. Sem dúvida, existem os efeitos de fronteira, instáveis e também, rearticuláveis. O sentido de uma fronteira corresponde ao que explica B.Santos (1994, p.292) – a fraqueza das demarcações fazendo emergir “identidade multimodal, inacabada, em processo de reconstrução e reinvenção”(…). E, como não há fechamento do social, cada grupo, cada coletivo, constitui suas próprias formas de sociabilidade na fronteira percebida, real ou imaginária. Os sujeitos nesses espaços assumem suas lutas, como atores, inicialmente em confronto com a lógi-

4 Sistema como arranjo ou conformidade das partes em uma estrutura que transcende e explica seus elementos. (Laclau e Mouffe, 1985, p.106)

ca que está dada, posteriormente buscam as articulações possíveis - dentro da lógica de fronteiras flutuantes ou móveis que podem ter criado os antagonismos. Nesses espaços plurais pode-se falar em luta democrática, em lutas populares e em outras formas de atividades e ações. Pode-se abdicar de um centro para essa luta e pensar em esferas autonomizadas onde se dão diferentes formas de lutas. A autonomia das diferentes esferas, tal como ocorre nas ações de diferentes ONGs, por exemplo, se constitui por um movimento interno, uma autoconstrução que pode despoletar operações que vão constituir novas hegemonias, novas articulações, para momentos e circunstâncias distintos com participantes diferentes em cada situação (Laclau e Mouffe, 1985).⁵

Ou seja, entendo que se pode pensar diferente, se pode renunciar a uma única lógica do pensar, hegemônica ou contra-hegemônica, que venha a dar conta da totalidade do social ou constituir o seu centro, ou que signifique uma base única de consentimentos. As diversidades, as novas fronteiras que se formam a cada instante do viver, bem como a amplitude e complexidade do social não nos permitem mais uma posição única. A velocidade em que atuam as diferentes esferas do social mobilizadas pelo capitalismo global não permitem alento nem favorecem a crença em uma única forma de entendimento para as ações sociais.

Tomando como base essas considerações, penso que a democracia forte pode constituir uma teia de articulações e que as práticas nesta teia se podem tornar visíveis para momentos e circunstâncias, tempos e espaços distintos. Liberdade e cidadania, nesse caso, seriam pontos nodais que se fariam impor como matrizes, já presentes no imaginário social, mas, precisando formar algum sentido comum. Ou seja, mesmo que as demandas das diferentes lutas sociais sejam diferentes e, por vezes, incompatíveis entre si, algumas francamente submergindo dentro de discursos neo-liberais, isto não as impede de serem sensíveis aos princípios democráticos. Cuidado, porém! Se a matriz da luta for o sujeito possessivo individual, não há articulação em vista; se a matriz é um novo senso comum emancipatório, um sujeito coletivo, ou “rousseauiano”, estabelece-se entre as diferenças uma articulação de equivalência, não importa que se esteja a falar de uma avaliação dentro de uma universidade, de uma luta sexista, racista, religiosa, indigenista ou de direitos humanos em geral. Cada uma destas práticas de ação social é constituída por elementos inicialmente díspares e colocados dentro de fronteiras que parecem impermeáveis. Tais ações, no entanto, podem ser discursivamente enunciadas, significadas e narra-

5 (...) we can deduce a basic precondition for a radically libertarian conception of politics: the refusal to dominate - intellectually or politically - every presumed ultimate foundation of the social. Every conception which seeks to base itself on a knowledge of this foundation finds itself faced, sooner or later, with the Rousseauian paradox according to which men should be obliged to be free (Laclau & Mouffe, 1985, p. 183).

das. O que as tornaria socialmente articuladas seria a equivalência das proposições de democracia forte que realizam tendo em vista a positividade do social e a construção de “um outro mundo possível”.

Acredito que é possível recuperar a democracia a partir das vivências das pessoas em seus contextos, no nosso tempo. Recuperar a prática de uma democracia forte, participativa, não aquela do liberalismo adjetivado que passou a ser senso comum no molde criticado “hegemônico”. Uma democracia direta e forte (Barber,1997) como prática de auto-vigilância, auto-legislação e auto-crítica de sujeitos participantes das ações, quer elas se realizem em Kerala, em Porto Alegre ou Moçambique. A democracia interessa como uma prática que permite construir territorialidades e espaços da convivência. A democracia participativa importa como um critério de convivialidade entre seres humanos, entre estes e a natureza. Nessa possibilidade a cidadania é uma forma construída de participação na coisa pública com discernimento, com responsabilidade e prudência, como dizia Aristóteles. Não é uma variável especializada, só para o governo, só para o eleito, só para o acadêmico ou para quem sabe mais. É um mandato imperativo participativo e, muitas vezes, necessariamente, conjugado ao mandato representativo. A isonomia, a isocracia e a isegoria fazem parte desse mandato.

Importa esclarecer que, no meu entendimento, não são apenas os novos movimentos sociais, as ONGs da sociedade civil, que estão a produzir energias para um tempo pós-neoliberal. Até porque muitos dentre eles estão aprisionados por forças capitalistas que lhes dão sustentação econômica. Os novos movimentos sociais (ou a terceira via) não são o novo sujeito monumental. Porém, suas lutas, tendo caráter parcial-local ou total-global, podem ser articuladas a vários outros discursos e ações que vão ter uma face característica de mobilização, não como repetição, como ordem, mas como movimento, como elos articuladores em diferentes planos.

Uma vez estabelecida esta reflexão, proponho ainda neste texto expor uma avaliação das universidades que se caracteriza por ser um elemento articulador no plano institucional.

Avaliação Institucional Participativa (AP) como campo de articulações

A avaliação participativa, como prática de uma democracia forte na universidade, constitui parte dos elos de uma teia que articula autoconhecimento, autolegislação e novas práticas de convivência cidadã com a qual os sujeitos experimentam fazer o livre jogo da decisão. Face ao exposto, no entanto, há que se tomar cuidado, porque a avaliação participativa insere-se no campo das

articulações que produzem novas hegemonias temporais e locais que não se sustentam por si sós. Para viverem, precisam de constante reconstrução e investimento humano; precisam estar articuladas em si e com outros movimentos-rede de mesmos fundamentos democráticos. No entanto, não necessitam, em princípio, armar-se como supremacia ou pensamento dominante. Como articulação, a avaliação participativa convive com outras possibilidades.

A avaliação institucional participativa sustenta-se no pressuposto da democracia unitária ou forte. Democracia forte tal como aponta Barber (1997, p. 171), é o regime de governo que se caracteriza pela formação de uma comunidade capaz de resolver suas questões e conflitos através de uma política de participação, de autocritica e autolegislação. Uma comunidade capaz de transformar indivíduos privados em cidadãos livres e interesses privados em bens públicos ou comuns através da participação.

Considerando que os processos de avaliação podem colaborar para o redesenho capitalista de algumas universidades, tornando-as universidades híbridas, venho propor outras faces. As faces que emergiram de processos participativos de avaliação dentro de universidades tradicionais. Dos casos de avaliação pesquisados⁶, retiro as condições para uma outra avaliação possível, aquela que, articulando princípios de democracia forte, possa encaminhar para a emergência de Universidades Socialmente Empreendedoras.

Longe de pensar um modelo, traço algumas perspectivas e condições de aproximação a uma avaliação participativa, retiradas de três casos analisados: avaliação institucional de uma universidade pública do Uruguai; de uma pública e uma comunitária do Brasil. Estas instituições armaram propostas de avaliação tendo como referência central a participação democrática. O Programa Paiub inspirou, direta (Brasil) ou indiretamente (Uruguai), os processos levados a efeito. Construíram-se teias de avaliações que venceram resistências locais, criaram uma cultura de avaliação que sobreviveu aos embates homogeneizadores. No caso brasileiro, os procedimentos de avaliação neoliberal dos anos 1990, voltados para modernização das universidades, entraram em conflito com os procedimentos participativos. No caso do Uruguai, a universidade antecipou-se ao estado atogerindo seu processo de avaliação institucional.

Nas universidades citadas, a AIP caracterizou-se pela co-gestão formal ou informal de diferentes atores interessados na condução do procedimento avaliativo. Em princípio, não havia *experts* em avaliação para conduzir os processos. As teias e conexões armaram-se com representantes das diferentes comunidades internas de cada instituição, acatando-se olhares externos. As escolhas e os conflitos foram objeto de intensa negociação, em discussão de grupos

6 Ver: "Avaliação institucional e a produção de novas subjetividades" em Dias e Ristoff (2000).

ou colegiados ou em assembléias onde muitas questões foram decididas mediante voto ou consensos provisórios.

Dos três processos de avaliação, destaco algumas características comuns que definiriam uma aproximação conceitual e prática a uma Avaliação Institucional Participativa como um campo de articulações para formação de teias de democracia forte. Na escala do pensamento alternativo, tomando como base os casos estudados, proponho aproximações a AIP, uma forma de avaliação que se estabelece pela prática de grupos sociais comprometidos com a criação de articulações democráticas dentro das universidades. As articulações observadas formaram suas teias, diferentes umas das outras nos seus tempos e contextos. São articulações que não buscaram ser dominantes. Buscaram apenas ser parte da luta plural para autoreforma da universidade, construção de cidadania, de aprendizagem política, de uma democracia adjetivada como forte. Esta é uma outra lógica política – não se está a avaliar para atender a um suposto externo à universidade. Se está a avaliar para alcançar autonomia e autotransformação dos sujeitos, da instituição e da sociedade. São características ou totalidades desdobradas em seus componentes, que pareceram peculiares, e não exclusivas, aos casos estudados:

Avaliação participativa exige sensibilização e pactuação.

Avaliação participativa se constitui como um instrumento epistemológico para o pensamento e a ação política no espaço público.

Avaliação participativa envolve a criação de uma comunidade do bem público.

Avaliação participativa se exerce através da cogestão e do autogoverno de diferentes atores.

Avaliação participativa institui autonomia dos sujeitos, dos coletivos e da instituição.

Avaliação participativa nutre-se de autocrítica, autovigilância e autolegislação.

Avaliação participativa exige seu tempo próprio.

Conclusão

A AIP é uma prática que forma um campo epistemológico, um campo de construção de conhecimentos, ao mesmo tempo, institui uma ação política e pública na universidade, quer esta seja pública ou privada. Este espaço não está dado. Ele se constrói através da participação com negociação e sensibilização das comunidades. Cria-se uma rede voluntária de subjetividades voltadas para o bem público que entende a avaliação das instituições como um instrumento de responsabilidade democrática para um movimento auto-sustentado de reformas. A comunidade de diferentes atores gere suas ações através da cogestão ou autogoverno. A Avaliação Institucional Participativa (AIP) nutre a autonomia universitária. Aplica-se com facilidade a situações de auto-avaliação institucional e processos de avaliação interna. Nesse caso a AIP suporta bem a descentralização de processos, ou seja, ela pode ser uma avaliação que se articula a outras, externas, por exemplo, sem necessariamente necessitar um controle de coordenação exógena ou central. Por isto mesmo, a AIP não se sustenta sem autocrítica e autovigilância, sem o princípio articulador da democracia forte. A AIP necessita de um tempo de realização para desenvolver-se, um tempo próprio que dificilmente seguirá cronogramas rígidos. Como prática articuladora a AIP é um projeto político autogerido com vistas à manutenção da autonomia da instituição e dos sujeitos que buscam de forma crítica desenvolver um processo de conhecimento sobre a universidade para transformá-la em uma instituição Socialmente Empreendedora.

O caráter social, a face externa, da universidade será tanto mais amplo quanto mais participativo for o seu processo, sua face interna de avaliação.

Em que pesem seus limites, encontrei belas e poderosas esferas de atuação dentro das universidades que usaram o motivo da avaliação para produzir articulações, agir politicamente e produzir transformações e reformas. Encontrei diferentes sujeitos agindo na contra ofensiva da homogeneização desidentificadora, através de redes e articulações de democracia forte, dentre as quais destaquei a articulação produzida pela Avaliação Institucional Participativa. Incluindo-me como alguém, de fora e de dentro, também portadora de múltiplos olhares, defendo que as experiências de avaliação participativa, como estas que analisei, podem fazer emergir em nossas universidades, uma “auto-educação formadora de pensamentos autônômicos capaz de constituir novas articulações com movimentos de igual teor existentes na sociedade“. Isto significa investir em uma outra avaliação, para uma outra universidade e sociedade possíveis. Como grafitado em um mural de rua – “Isto dá trabalho!”

Implica investir em uma avaliação institucional apoiada em princípios de democracia forte, abandonando-se as idéias que conformam os conceitos e as práticas de avaliações centradas em idéias únicas e internacionalizadas, que produziram o Redesenho Capitalista das universidades e seus modelos híbridos que acoplaram tradição e mercado. A avaliação participativa pode ter valor intrínseco emergente. Disto decorre o interesse que ela desperta na formulação dos novos projetos nacionais. Insere-se no campo das articulações, das redes de hegemonias no plural, das lutas por um mundo melhor e mais justo. Dentro das lutas, ela se distingue como um nó articulador diferencial para a construção das Universidades Socialmente Empreendedoras, universidades que farão ênfase na sua relação com as diferentes esferas do social, colocando a ciência e a cultura de que dispõem, para o usufruto das parcelas da população que estão excluídas, até mesmo, das possibilidades trazidas pela existência da democracia política formal.

Em tempos de reforma universitária, vale lembrar que a avaliação, como “parte integrante e indissociável da autonomia, permite cumprir adequadamente a missão social da universidade”, como se afirma no texto governamental preparatório. Mas, reforço, o caráter social, a face externa, da universidade será tanto mais amplo quanto mais participativo for o seu processo, sua face interna de avaliação.

Referências bibliográficas:

BARBER, B. J. **Démocratie Forte**. Paris, Desclée de Brower, 1997.

BARROW, C “The strategy of selective excellence: redesigning higher education for global competition in a post-modern society”. **Higher Education**. The Netherlands: Kluwer Academic Press : 41:447-469, 1996.

BUCHBINDER, H. ” The market oriented university and the changing role of knowledge”. **Higher Education**. The Netherlands: Kluwer Academic Press, 26: 331-347, 1993.

COWEN, R.” Performativity, post-modernity and the university”. **Comparative Education**. London: Carfax Publishing, 32 (2): 245-258, 1996.

DALLMAYR, Fred. Para além da democracia fugidia: algumas reflexões modernas e pós-modernas. In: Souza, J. (Org) **Democracia hoje. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília. Editora, UNB, 2001.

LACLAU, E. & MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy. Towards a radical democratic politics**. London, Verso/ The Thetford Press Ltd, 1985.

LEITE, D “Avaliação institucional e a produção de novas subjetividades”. In: Dias, J.e Ristoff, D. **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis, Ed. Insular, 2000.

LEITE, D. “Avaliação institucional, reformas e redesenho capitalista das universidades”. **Revista Avaliação**. Campinas: RAIES, 7(2):29-48, junho, 2002.

LEITE, D., Mollis, M. e Contera, C. **Inovação e avaliação institucional: missão das universidades contemporâneas**. Porto Alegre: Evangraf Editora, 2002.

LEITE, D. Institutional evaluation, management practices and the capitalist redesign of universities: a case study. In: Amaral, Alberto, Meek, Lynn & Larsen, Ingvild Eds.. **The Higher Education Managerial revolution?** The Netherlands, Kluwer Academic Press, 2003a.

LEITE, Denise **Democracia e avaliação participativa na universidade**. Trabalho de Conclusão. Capes, CNPq e Universidade Coimbra, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, abril, 2003b.(Petrópolis, Edição Vozes, 2005: *Reformas na universidade. Avaliação institucional participativa*)

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. Porto, Afrontamento,1994.

____. **Reinventar a democracia**. Lisboa, Gradiva Publicações Ltda, 1998.

____. **Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. Vol 1. São Paulo, Cortez, 2000.

____. **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto, Afrontamento, 2001.

____. **Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002.

____ E AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: Santos, B.S. (Org) **Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002.

SLAUGHTER, S. & LESLIE, L. L. **Academic capitalism. Politics, policies and the entrepreneurial university**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1999.

SEIXAS, Ana Maria. Políticas educativas para o ensino superior: a globalização neoliberal e a emergência de novas formas de regulação estatal. In: Stoer, Stephen, Cortesão, L. & Correia, J. **Transnacionalização da educação**. Porto, Edições Afrontamento, 2001.

Notas:

i Para Barber (1997, p.171), a democracia forte opõe-se à democracia fraca (a representativa); é uma política de participação onde o conflito é resolvido na ausência de uma racionalidade extrínseca graças a um processo de autolegislação e participação constante. Envolve a criação de uma comunidade política capaz de transformar indivíduos privados em cidadãos, com liberdade.

ii *As pesquisas englobam as seguintes investigações: LEITE, D. et alii (2000). Inovação como fator de revitalização do ensinar e do aprender na universidade. O caso da avaliação institucional, apoio CNPq, Fapergs, Cátedra Unesco-AUGM; LEITE, D., CONTERA, C. & MOLLIS, M. (2002). Inovação e avaliação institucional: efeitos e mudanças na missão das universidades contemporâneas (Br, UY, Arg), apoio CNPq/FAPERGS; SANTIAGO, R. e LEITE, D. et alii (2002). Avaliação, auto-análise organizacional e gestão das universidades: estudo conjunto Portugal-Brasil, apoio CNPq Coop.Int e ICCTI/FCT e FAPERGS. Foram estudados os seguintes casos de avaliação institucional: a) univ. públicas: UFRGS, UFPEL, UNESP, Br; UNSJuan e U del Centro de la Provincia de BAs, Arg; UDELAR, Uy. B) univ. privadas, comunitárias ou confessioniais: UNIJUÍ, UNISINOS, Br; Universidad René Favaloro, Arg.*

iii Para Santos (Entrevista 2002) esta discussão se coloca da seguinte forma e entendimento “Não vejo é que se possa sair do campo realmente gramsciano que é o de definir idéias dominantes que se afirmam exatamente por consenso e, por isto, é que elas são hegemônicas e, portanto, ao serem hegemônicas determinam que não há alternativas credíveis. A hegemonia é fundamentalmente des-credibilização das alternativas. É por isto que as alternativas começam a parecer utópicas, por serem des-credibilizadas e por serem contra-hegemônicas. (...) O conceito de hegemonia, obviamente, ele é uma articulação de práticas, uma articulação de discursos. Simplesmente, esta articulação traz consigo a idéia de uma dominação que se impõe por consenso.”